

CONDIÇÕES E PARADOXOS DA SOCIEDADE CIVIL

1. ENUMERAÇÃO DE TERMOS A EXIGIREM CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. No programa que nos foi distribuido encontramos termos que precisam de ser clarificados: *e elaborados em novos termos*

- ONGs
- coesão social
- sociedade civil
- diálogo civil



1.2. Para tal é indispensável tentar ver:

- como se produz a sociedade,
- quais os seus actores,
- quais as interfaces que ^{se definem entre} mantem com os outros grandes pilares da vida social; *mult. soc. plural*

1.3. Esta intervenção vai consistir numa tentativa de problematização das relações entre estes termos.

Problema que se põe a nível da UE, com a introdução da expressão "coesão social";

Problema extremamente complexo ao nível da ONU onde as ONGs têm uma longa existência e onde a década de 90 introduziu factores inteiramente novos.



2. VÁRIOS TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

2.1. A leitura do documento de trabalho mostra a variedade de situações e, de certo modo, revela a estrutura da própria sociedade, fruto de:

- uma história própria,
- de uma maior ou menor tradição associativa,
- do próprio conceito de democracia em vigor,
- da repartição de responsabilidades entre o Estado, o mercado e os cidadãos nas suas formas organizadas.

2.2. ONGs

Nas Nações Unidas, instituição de que a UE não pode fazer abstracção, as ONGs eram, até aos anos 80, um grupo à volta de 200 associações cujas características se definiam por:

- identificação com os objectivos do ECOSOC ou da agência especializada
- existência em vários países
- actividades sujeitas a análise regular do organismo da ONU junto de quem tinham representação

Nos anos 90, dá-se uma invasão das grandes conferências da ONU por centenas de grupos que vão dos pequenos grupos locais às grandes fundações ou até às Academias das Ciências!!



Daí a necessidade de uma definição que tem ocupado o ECOSOC mas que ainda não está clarificada. O que se pode dizer é que nenhum dos princípios da democracia está a ser respeitado! E nenhum novo princípio ainda foi inventado!

A acrescentar a esta dificuldade, está a natureza das próprias organizações. Nos EUA, não faz sentido falar em Non-Governmental Organizations - as miríades de organizações que tomam sobre si a responsabilifafe de todos os aspectos da vida (desde a ajuda aos "welfare recipients" até aos grupos que mantêm vivos os museus são designadas como "organizações de fins não-lucrativos". A sua referência estabelece-se em relação ao mercado e não em relação ao Estado.

Fundação Cuidar o Futuro

É certo que o modelo americano é completamente diferente do modelo europeu. Apesar disso parece-me salutar que na Europa em construção as ONGs sejam também claramente definidas e reconhecidas como organizações de fins não-lucrativos. Talvez essa clarificação ajude a vencer a lentidão geológica com que qualquer ONG tem de negociar a participação nos programas das áreas sociais da União...

De uma ou de outra forma o que está de pé é a necessidade de definição que possa estabelecer limites e conferir peso específico

às organizações que fazem um trabalho real na sociedade, que não são balões vazios, mas cuja existência representa



uma qualidade diferente na vida social e uma capacidade verdadeira de estabelecer diálogo com o Estado e com as forças representativas do mercado. *As ONGs completam-se em duas formas extremas.*

2.3. REDES

Muitas associações tomam a forma de REDES. Em que consistem as redes?

Trata-se de formas muito mais flexíveis do que as associações tradicionais, com uma ideia central mobilizadora em que, por extensões sucessivas, se vêm agregar outros objectivos.

A rede difere de um grupo de trabalho ou de uma ONG por ter um funcionamento instantâneo, aproveitando na totalidade os meios informáticos existentes.

A rede para ser efectiva e impedir que os fios que a ligam se rompam tem de trabalhar com uma alta velocidade definindo objectivos simples a serem realizados dentro de prazos acordados.

Acontece ainda que as redes que vão buscar a sua inspiração à investigação operacional e, em particular, às redes eléctricas, não são apenas uma nova designação mas sim uma nova maneira de trabalhar.

Neste sentido, as redes são na prática incompatíveis com a



morosidade que caracteriza o funcionamento das instituições comunitárias.

As redes são instrumentos da sociedade post-moderna e da sociedade de informação. São uma das formas de contractuar em relação a informação inadequada de fornecedores de bens ou de serviços, bem como de desvendar os conhecimentos que a rede possui sobre qualquer assunto que os media possam veicular e que precisa de ser corrigido.

2.4. INSTITUIÇÕES

Estão nesta categoria as Fundações, as Federações e os Projectos institucionalizados.

Esta categoria é de certa maneira a mais simples porque dispõe de grandes meios financeiros que a libertam das limitações de tempo das ajudas comunitárias.

Os trabalhos que realizam são em geral de grande fôlego e garantem uma estabilidade importante de meios humanos.

Correspondem a uma profissionalização do voluntariado, são muitas vezes fonte de actividade remunerada e funcionam segundo regras próprias que só podem ser modificadas pelos órgãos previamente definidos.



3. SOCIEDADE CIVIL

Na sociedade civil cruzam-se todas estas formas de associação. A sua emergência, embora tenha constituído um aspecto significativo da ciência política, sobretudo enquanto conceito de contra-poder em relação ao estado, só começa a ser usada nesta década. *Não pensar de forma dialéctica!*

Um dos factores mais determinantes da emergência da sociedade civil foi a dissidência dos países do Leste europeu. Aí formas muito variadas e fugazes de organização conseguiram modos de expressar o desacordo com o Estado e criaram uma situação de crescente precariedade para os poderes instituídos.

Fundação Cuidar o Futuro
Não falei há pouco deliberadamente nos movimentos sociais. A sua maior vitalidade foi expressa nas décadas de 60 e 70, tendo começado a esboroar-se na década de 80. Eles são ainda decisivos sem dúvida, e contribuem em grande parte para a manifestação da sociedade civil.

Mas têm-se transformado cada vez mais ou em instituições ou em formas esporádicas de intervenção. São talvez na sociedade os grupos mais sujeitos à erosão do individualismo que o neo-liberalismo trouxe consigo.

E se é certo que os movimentos sociais tiveram uma forte repercussão na própria agenda da Comissão Europeia, não é



menos certo que a sua cooptação lhes diminui o rasgo e o risco.

Assim, p.ex. os movimentos de mulheres têm uma grande dificuldade de encontrarem uma plataforma comum quanto às transformações sociais, nomeadamente no que diz respeito à mobilização pela urgente necessidade de se criarem condições para compatibilizar as responsabilidades familiares e as responsabilidades profissionais. Aqui o ponto mais importante é sem dúvida a redefinição do conceito de trabalho.

Dificuldade de fazer dos sindicatos. É preciso dizer q n há via + trabalho a t.p. inteiro, p. toda a vida.

De igual modo, embora a militância dos movimentos ecologistas seja das mais elevadas, são apenas os seus aspectos de curto prazo que têm sido considerados. É na economia e na configuração das decisões económicas que importa fazer incidir a defesa do ambiente.

EMPREGO
(M. Soares)
↓
Sociedade activa

Quanto aos movimentos pacifistas e apesar da disseminação das armas nucleares, apesar do revez sofrido no Congresso americano pelo tratado de proibição dos ensaios nucleares, não parece haver uma ideia muito clara de como deve fazer-se uma intervenção da sociedade civil neste domínio.

Nos interesses da soc. civil infiltra-se a "opinião pública"

4. SOCIEDADE CIVIL COMO LUGAR DE CIRCULAÇÃO DA VIDA → estratégia & Plataforma social p a CIG

Verdades Fundamentos políticos, filosóficos, culturais e sociais
É na sociedade civil que circulam os bens, os afectos, os

saberes, os poderes.

Por isso a sociedade civil não se pode deixar atravessar simplesmente pelos fluxos que uns ou outros chamam a si.

4.1. Os bens

Há poucos dias um excelente economista português ~~numa~~ ^{escreveu} ~~entrevista disse:~~ ^{seguinte!}



Fundação Cuidar o Futuro

4.2. Os afectos

Os afectos são um domínio próprio da sociedade civil. As leis necessárias têm de ser subordinadas à forma como a sociedade civil entende fomentar, respeitar e proteger os afectos e os lugares dos afectos.

4.3. Os saberes

O que produzem os centros de saber face às grandes questões societais? Em que medida os centros de saber criam clivagens entre os cidadãos e entre povos? Como estimular massa crítica em todas as culturas da UE?

É necessária uma acção dirigida aos centros de saber. Para que a Universidade e os centros de saber sejam parte da sociedade civil é indispensável que o que sabem/ descobrem/ inventam se destina às pessoas e à sua qualidade de vida.

Na interface sociedade civil /Mercado, papel da produção de energia.

O problema-chave da substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis não tem sido tratado com a seriedade que exige. (Encontro recente em Viena de todos os investigadores no domínio da fusão nuclear; apesar de tudo progressos na Alemanha com melhores instrumentos para a energia solar e notáveis progressos em França com projectos maciços de energia eólica off-shore.)



A internalização dos custos sociais e dos custos ambientais na rentabilidade das empresas exige a reorientação da economia. Mais: a preocupação pelos pobres passa por novas orientações da economia. O resto é tentativa de remediar e não de assegurar uma nova qualidade de vida



Fundação Cuidar o Futuro



4.4. OS PODERES

A relação da sociedade civil aos poderes é afinal o ponto a que desejo chegar nesta intervenção.

Termina ^{agora} mais uma reflexão, rica e vasta, sobre o diálogo da sociedade civil com as instituições europeias.

Estamos no cerne da identidade europeia porque estamos no cerne do que pode constituir a cidadania europeia. Essa cidadania está em crise. Mostraram-nos claramente as eleições europeias pela fraca participação dos cidadãos. Mostram-nos ainda a inexistência de avanços claros que tornem a cidadania a base humana e pessoal da soberania que queremos garantir à União Europeia.

Com os meus colegas que participaram no Comité des sages "para uma Europa dos direitos cívicos e sociais" continuo firmemente convencida de que uma mudança profunda e alargamento possíveis sem passos institucionais corajosos e rápidos.

Temos diante de nós a possibilidade de uma transformação profunda do edifício europeu. Maastricht foi há 2 dias; Amsterdam foi ontem! E que progressos houve?

Não me satisfaz enquanto parte da sociedade civil europeia, enquanto cidadã europeia, o recomeço de cimeiras de diplomatas tentando dar alguns passos de valsa com o material complexo e desconexo dos Tratados. Antes de qualquer revisão, façamos duas coisas:

- uma, rapidamente alguns bons políticos e juristas ponham num só texto os Tratados para que toda a gente entenda de que se trata afinal;

- outra, explique-se a todos os europeus o que está em causa.
Chama-se a isto "propedêutica da CIG"!



E depois entremos claramente no processo. Mas não um processo fechado, um processo de que dois ou três jornalistas mais sagazes e verdadeiros peritos nas instituições europeias nos vão dando conta.

Volto à proposta do Comité des Sages. Aceite o Conselho a proposta - a ser concretizada pelo Parlamento em diálogo com a Comissão - de uma consulta clara, transparente, inequívoca "que estabeleça um processo alargado e democrático de elaboração colectiva, ao nível da União, de uma lista completa de direitos cívicos e sociais.

*M. Ventura
à C/OCES
mas*

É preciso não ter medo do novo. Se transpomos para o plano europeu a gestão do curto prazo minimizamos a aventura europeia.

Fundação Cuidar o Futuro

O alargamento obriga-nos a mudar de escala - não é preciso ser engenheiro para entender que só assim podemos responder às exigências que nos são postas. Mudando a escala, muda a própria natureza dos fenómenos e dos eventos sociais e políticos.

Mais. Não nos basta a tranquila velocidade de cruzeiro. A aceleração da história nos últimos anos obriga-nos a usar outro ritmo.

Foi com grande satisfação que, pouco após a sua nomeação, ouvi o Comissário para a Justiça e para os assuntos internos, o meu compatriota António Vitorino, exclamar numa entrevista o seu espanto sobre o facto de a comunidade internacional possuir há 50 anos uma Declaração Universal dos Direitos do Homem e de a



União Europeia permanecer ainda sem uma base constitucional. Pois é essa carta fundamental de direitos e deveres dos cidadãos europeus e dos Estados da União que é necessário preparar sem mais delongas. (Nela se poderá indicar se os dois processos não forem compatíveis quais os direitos que beneficiam de uma protecção jurisdicional imediata e os que requerem a consulta aprofundada de todos os cidadãos e das suas associações.)

Nessa carta fundamental deverão incluir-se:

- conseguir uma lei eleitoral que harmonize as leis nacionais para as eleições europeias (e se possível estimular a formação de listas transnacionais)

- reforçar o papel legislativo do Parlamento Europeu

- transformar a Comissão numa instituição com legitimidade democrática

Fundação Cuidar o Futuro

- utilizar a sugestão inovadora de Jacques Delors de escolher o Presidente da Comissão de entre os candidatos apresentados pelos grupos europeus (Partidos unicamente? ou grupos de cidadãos transnacionais?)

- transformar o Conselho num verdadeiro Conselho Europeu em que se passe da mera defesa dos interesses nacionais ao cumprimento da Carta fundamental da União.

- ponderar a sugestão recente de um presidente do Conselho

- " a possibil. de 1 membro ^{do Gov.} de cada país da União
Apr. presente em Br.

Mas não se trata apenas do equilíbrio entre as instituições. É necessário ainda:

- conferir o estatuto de parceiros sociais às organizações que representam os cidadãos directamente vinculados a cada tipo de problema social em que estão em causa os direitos
- reunir as exigências de investigação e análise social capazes de assegurarem a formulação de políticas activas, permitindo aos centros de saber da União exprimirem a sua capacidade criativa
- estimular a criação da sociedade civil favorecendo a interacção a nível europeu não através das grand'messes em que pouco se adianta mas através de um trabalho sistemático em que se caminhe para organizações europeias.

Fundação Cuidar o Futuro

